

OFÍCIO GP N° 101/2024.

Jaqueira (PE), em 05 de junho de 2024.

À Sua Excelência, o Senhor
ARMANDO BARROS DE OLIVEIRA
Mui Digno Presidente da Câmara de Vereadores
JAQUEIRA - PERNAMBUCO
NESTA.

Assunto: **Projeto de Lei nº 13 de 2024.**

**Senhor Presidente,
Dignas Vereadoras, Doutos Vereadores,**

Com os cumprimentos de praxe, formulo o presente para encaminhar em anexo, a Mensagem Expositiva e o respectivo **PROJETO DE LEI**, que "*Institui o Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário, e adota outras providências*".

Na expectativa de um resultado positivo, trazendo por fim a **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei, renovamos a Vossa Excelência e demais Pares, nossos votos de elevada estima e distinguida consideração.

Atenciosamente,


Ridete Cellibe Pellegrino de Macedo Oliveira
Prefeita

CÂMARA MUNICIPAL DE JAQUEIRA
CNPJ: 01.613.990/0001-04
PROTOCOLO CENTRAL N° <u>19</u>
DATA: <u>05/06/2024</u> HORA: <u>12:45</u>
 Responsável pelo Protocolo Central

Mensagem Expositiva Nº13/2024– *Mens Legis*

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores,

Honra-me apresentar a essa Colenda Casa de Leis, o **PROJETO DE LEI**, em anexo, submetendo-o a vossas análises e posterior Deliberação, o qual, sob a égide da Autonomia Constitucional conferida aos entes federativos municipais, *Institui o Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário.*

Submetemos à apreciação esta proposta de Lei com objetivo de reduzir os impactos sociais no nosso combalido mercado de trabalho, decorrente da Covid-19, ainda presente em menor escala e, agora, com suas variantes eventuais e o recrudescimento do vírus transmitido pelo mosquito da Dengue/"*aedes aegypti*", "*Guillain-Barré/Chikungunya*" e até a própria "*Cólera/ Vibrio Cholerae*", com suas mutações, cujos efeitos atingem uma gama da sociedade merecedora de amparo.

Opportuno tempore, o Município instituiu, através de Legislação Municipal, os respectivos Programas Governamentais e os regulamentou através de documentos orientadores, *in casu*, Decretos Municipais.

Assim, o Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário permitirá que os jaqueirenses desfrutem de mais uma oportunidade de desenvolvimento profissional, além de aquecer a economia local, tendo em vista que haverá uma maior distribuição de renda entre a população.

E, num clima de agravamento dessa situação provocado pela Pandemia da COVID-19, tem, por via de consequência, escassez de quadros técnicos que possibilitem por em prática Programas de Governo, podendo tais Programas serem desenvolvidos através de entidades Estatais, *in casu* Consórcio Público COMAGSUL, ou mesmo por meio de entidades não-governamentais.

Nesse diapasão, o Poder Público Municipal vislumbra, a exemplo dos Órgãos e Poderes da República: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional do Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República, Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, e inclusive, a Justiça do Trabalho, **a existência e regulamentação robusta de programas de voluntariado**, visando mitigar agravos de ordem social e fundamentalmente o combate ao desemprego, tendo como público alvo pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, ao tempo em que visa criar oportunidades para o desenvolvimento profissional.

É mister a criação de programas governamentais para auxiliar na inclusão produtiva no mercado de trabalho e na qualificação profissional, bem como reduzir a taxa de desocupação de trabalhadores com idade produtiva.

Inobstante ser observado alguma recuperação da população pós 2021, deve-se em grande parte graças aos programas do Governo Federal de sustentação da atividade econômica (a exemplo do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Lei nº 14.020, de 2020) e a própria Lei Federal nº 14.370 de 15 de junho de 2022, que instituiu o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário, todavia, com prazo de vencimento previsto no Parágrafo Único do seu Artigo 1º., estabelecendo sua duração em 24 meses a contar da sua entrada em vigor, que se deu em 15 de junho de 2022. Logo, a se vencer neste ano, em 15 de junho de 2024, daí a necessidade do Município seguir, criando legislação própria em defesa de nossos munícipes desassistidos e em estado de vulnerabilidade.

Sopesada a situação atual, as condições do mercado de trabalho brasileiro ainda apresentam deterioração, combinando desemprego elevado com crescimento de subocupação e desalento, com profundas sequelas deixadas pela Pandemia, sob o risco ainda de recrudescimento de novos agravos de saúde.

Sabe-se que políticas públicas que favoreçam a incorporação do aprendizado profissional, conferindo capacitação e dignidade ao trabalhador, aumentam a probabilidade de futura inserção em um trabalho decente.

Por meio do Programa Municipal de Prestação de Serviço Social Voluntário, o Município poderá ofertar vagas em atividades de interesse público que não sejam privativas de cargos ou empregos públicos, sem que isso configure a criação de vínculo empregatício.

O auxílio pecuniário de natureza indenizatória, a título de bolsa, a ser pago ao beneficiário pelo desempenho das atividades deve preservar o valor máximo equivalente a dois salários-mínimos pagos por hora de efetiva atividade prestada, e a jornada máxima a ser desenvolvida não poderá ultrapassar 25 (vinte e cinco) horas semanais, limitada 8 (oito) horas por dia.

Adicionalmente é prevista qualificação para os beneficiários a ser promovida pelo Município, com carga horária de mínima de 12 (doze) horas para cada 60 (sessenta) dias de permanência no Programa Municipal.

O objetivo do programa além de trazer oportunidade para pessoas que sofrem as dificuldades ocasionadas pelo desemprego, resultam para o Município em melhoria das atividades cívicas, artísticas, culturais, recreativas, educativas, sociais, de saúde e de meio ambiente.

Trata-se, portanto, de proporcionar oportunidades temporárias diante da ausência da perspectiva de um público-alvo residentes em pequenos municípios,

pessoas que possuem baixa qualificação e tem dificuldade para acessar o mercado de trabalho formal.

Dessa forma, o Programa Governamental, além de oferecer qualificação profissional e segurança alimentar ao trabalhador de baixa renda, proporcionará experiência profissional necessária para inserção no mercado de trabalho, ao tempo em que colabora com a efetiva resolução dos serviços prestados pelo Município à população. É inegável a relevância da proposta.

Por todo exposto, é urgente que políticas públicas sejam direcionadas para atacar esse problema visando a inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

São, portanto, necessárias políticas públicas oportunizadoras que permitam às pessoas saírem da total informalidade ou do assistencialismo.

Por fim, espera-se reduzir os agravos sociais, resgatar a dignidade humana, augura-se melhorias na atividade econômica, e especialmente contribui-se para a economia circular no Município.

São essas, Senhor Presidente e demais Edis, as razões que justificam o encaminhamento do presente Projeto de Lei à sua apreciação.

Respeitosamente,

Jaqueira (PE), em 05 de junho de 2024.


Ridete Cellibe Pellegrino de Macedo Oliveira
Prefeita

PROJETO DE LEI Nº 13/2024.

Institui o Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário, e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JAQUEIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à Apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Município de Jaqueira, ente federativo na forma do art. 1º, com autonomia político-administrativa prevista no art. 18, e garantida a autonomia gerencial, orçamentária e financeira pelo § 8º do art. 37, todos da Constituição da República, institui por esta Lei, o Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário, com o objetivo de:

I - promover o enfrentamento ao desemprego e oportunizar renda às pessoas em situação de vulnerabilidade social agravadas pela escala incipiente do comércio e serviços existentes no Município, fatores de baixo índice de desenvolvimento humano, colaborando com a redução da marginalização nas regiões integradas do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco;

II - combater a marginalização de jovens pós-adolescentes, a prostituição e promover o acolhimento de mães chefes de família;

III - incentivar a oferta de atividades de interesse público, sem vínculo empregatício ou profissional de qualquer natureza;

IV - reduzir os impactos sociais no mercado de trabalho;

V - auxiliar na inclusão produtiva de pessoas no mercado de trabalho e na sua qualificação profissional;

VI - promover a integração entre o público-alvo e os programas governamentais autorizados por Lei no Município;



§ 1º O Serviço Civil Voluntário a que se refere o *caput* deste artigo terá duração de quarenta e oito meses, renovável por igual período, a contar da entrada em vigor desta Lei Municipal.

§ 2º Para fins do disposto nesta Lei, serão consideradas atividades de interesse público aquelas identificadas pelo Município com a finalidade de cumprir os objetivos de programas governamentais municipais, consoante disposto em regulamento próprio.

§ 3º Poderão ser beneficiários e atuar no serviço voluntário pessoas com idade acima de dezoito anos.

§ 4º Terão prioridade para aderir ao serviço voluntário e desempenhar atividades acessórias em qualquer dos programas governamentais no âmbito do Município, aquelas pessoas que:

I - forem beneficiários dos programas de transferência de renda de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, ou de outros que venham a substituí-los;

II - pertencerem à família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, cuja renda mensal seja de até dois salários mínimos.

§ 5º As nomenclaturas das atividades civis voluntárias a serem utilizadas nos programas governamentais executados no Município, com a denominação, descrição e respectiva escolaridade, constarão da Tabela de Atividades Acessórias disposta em Decreto Municipal.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO

Seção I Disposições Preliminares

Art. 2º O Serviço Civil Voluntário tem o objetivo de incentivar no âmbito do Município a oferta de atividades de interesse público, sem vínculo empregatício ou profissional de qualquer natureza.

§ 1º. Terão prioridade para aderir a Prestação de Serviço Civil Voluntário as pessoas que:

I - forem beneficiários dos programas de transferência de renda de que trata a [Lei Federal nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021](#), ou de outros que venham a substituí-los;

II - pertencerem à família de baixa renda inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o [art. 6º-F da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#); ou

III - pessoas com deficiência, nos termos do [art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

§ 2º Para os fins desta Lei, serão consideradas atividades de interesse público aquelas identificadas pelo Município com a finalidade de cumprir os objetivos do Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário, desde que a conveniência e a oportunidade da sua escolha sejam fundamentadas pelo gestor municipal.

Art. 3º Não poderão participar da Prestação de Serviço Civil Voluntário aqueles que receberem benefício de natureza previdenciária do Regime Geral de Previdência Social ou dos regimes próprios de previdência social.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos beneficiários de pensão por morte, benefício de prestação continuada ou auxílio-acidente.

Seção II **Da Seleção e dos Direitos dos Beneficiários**

Art. 4º A Prestação de Serviço Civil Voluntário será ofertado pelo Município por meio de processo seletivo público simplificado na modalidade Credenciamento, exclusivamente de caráter classificatório.

§ 1º O processo seletivo público de que trata o *caput* deste artigo terá ampla divulgação, inclusive por meio de publicação no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Administração Direta ou Indireta Municipal, dispensará a realização de concurso público e observará os princípios que regem a administração pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

§ 2º Poderá ser selecionado para prestação de Serviço Civil Voluntário apenas 1 (um) beneficiário por núcleo familiar, que será identificado por meio do CadÚnico, de que trata o [art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#).

Art. 5º No período estabelecido no processo seletivo simplificado, o Município assegurará aos beneficiários da Prestação de Serviço Civil Voluntário:

I - o desempenho de atividades de interesse público no âmbito dos órgãos e entidades municipais com carga horária máxima de 25 (vinte e cinco) horas, mínima de 10 (dez) horas semanais, limitada a 8 (oito) horas diárias; e

II - a oferta de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de 12 (doze) horas para cada 60 (sessenta) dias de permanência no Programa.

Parágrafo único. Observado o disposto no inciso II do *caput* deste artigo, a formação inicial e continuada ou qualificação profissional poderão ser realizadas em dias ou em meses específicos no decorrer da participação em programa governamental que utilize o Serviço Civil Voluntário, sem prejuízo do desempenho das atividades de interesse público definidas pelo Município.

Seção III

Da Operacionalização do Serviço Voluntário

Art. 6º O Decreto Municipal, documento orientador do respectivo programa governamental, disporá sobre:

I - a oferta de vagas de atividades de interesse público;

II - as atividades acessórias de interesse público executadas pelos beneficiários, o órgão ou unidade municipal onde serão desempenhadas e o período de desempenho;

III - a operacionalização administrativa, financeira e orçamentária do Programa que se utilize de Prestação de Serviço Civil Voluntário;

IV - o valor do auxílio pecuniário de natureza indenizatória ao beneficiário, a título de bolsa, pelo desempenho das atividades, observado o valor máximo de dois salários mínimos pago por hora e considerará o total de horas despendidas em atividades de qualificação profissional e de serviços executadas no âmbito do Programa;

V - a forma e o valor do pagamento do auxílio transporte ou o oferecimento de transporte gratuito;

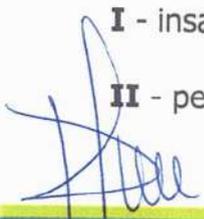
VI - a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos beneficiários, a cargo do Município; e

VII - a carga horária da formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.

§ 1º Os beneficiários não poderão executar atividades:

I - insalubres;

II - perigosas; ou



III - que configurem substituição de servidores ou de empregados públicos do ente federativo na execução de atividade de competência de cargos ou empregos públicos pertencentes à administração direta ou indireta do Município.

§ 2º O valor pago a título de auxílio transporte não será descontado da bolsa.

§ 3º A eventual concessão de benefícios relacionados à alimentação, entre outros de natureza indenizatória, não descaracteriza a relação jurídica estabelecida entre o ente federativo ofertante e o beneficiário da política pública de voluntariado.

§ 4º É assegurado ao beneficiário, sempre que a participação na Prestação de Serviço Civil Voluntário tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.

§ 5º O recesso de que trata o parágrafo anterior deverá contemplar o pagamento da bolsa equivalente à média percebida nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 7º Aplica-se ao beneficiário da Prestação de Serviço Civil Voluntário a legislação relacionada à saúde, medicina e segurança no trabalho, observado que a sua implementação é de responsabilidade do Município.

Seção IV **Da Qualificação para o Trabalho**

Art. 8º O planejamento da qualificação a ser ofertada aos beneficiários do Serviço Civil Voluntário considerará o aumento da empregabilidade e o empreendedorismo dos beneficiários.

§ 1º A formação inicial e continuada ou de qualificação profissional poderão ser ofertados nas seguintes modalidades:

I - presencial;

II - semipresencial; ou

III - à distância.

§ 2º No caso da oferta de formação na modalidade semipresencial ou a distância, deverá ser garantido aos beneficiários o acesso aos meios tecnológicos adequados para o acompanhamento das aulas.

Art. 9º A qualificação para o trabalho dos beneficiários do Serviço Civil Voluntário poderá ser realizada pelo Consórcio Público COMAGSUL ou pelas seguintes entidades:

I - Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (Senai), de que trata o [Decreto-Lei Federal nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942](#);

II - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), de que trata o [Decreto-Lei Federal nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946](#);

III - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), de que trata a [Lei Federal nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991](#);

IV - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), de que trata a [Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993](#);

V - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), de que trata a [Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001](#); e

VI - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), de que trata a [Lei Federal nº 8.029, de 12 de abril de 1990](#).

§ 1º A indicação dos beneficiários para as vagas da formação inicial e continuada ou de qualificação profissional será realizada pelo Poder Executivo do Município e direcionada preferencialmente às entidades a que se refere o caput deste artigo com atuação no seu território, observada a relação entre a qualificação pretendida e a atuação finalística do serviço de aprendizagem escolhido.

§ 2º Na hipótese de inexistência de unidade das entidades a que se refere o caput deste artigo, poderá ser indicado serviço que atue em outro Município.

§ 3º As entidades a que se refere o caput deste artigo poderão celebrar acordos e convênios entre si para oferta conjunta de formação aos beneficiários do Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário.

§ 4º O Município poderá ofertar formação inicial e continuada ou de qualificação profissional aos beneficiários por meio de instituições de formação técnico-profissional municipais mediante celebração de convênios e acordos com outras entidades públicas ou com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

Art. 10. Compete às entidades responsáveis pela qualificação dos beneficiários do Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário:

I - verificar a frequência e o aproveitamento dos beneficiários; e

II - comunicar ao Município os casos em que os beneficiários tiverem aproveitamento insuficiente ou frequência inferior à mínima estabelecida.

Seção V **Do Pagamento das Bolsas**

Art. 11. O pagamento da bolsa de que trata esta Lei poderá ser efetuado por meio de conta do tipo poupança social digital, nos termos da Lei Federal nº 14.075, de 22 de outubro de 2020.

Parágrafo único. Os custos operacionais relativos ao pagamento da bolsa de que trata esta Lei serão assumidos pelo Município perante as instituições financeiras operadoras.

Art. 12. Os beneficiários do Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário poderão receber a bolsa de que trata esta Lei cumulativamente com:

I - benefício financeiro do Programa Federal Bolsa Família; ou

II - benefício de prestação continuada, em relação aos beneficiários com deficiência.

§ 1º O pagamento da bolsa de que trata o caput deste artigo não gera, por si só, a interrupção do pagamento dos benefícios previstos pelo Programa Federal Bolsa Família ou outro que o venha a suceder, e serão observadas as demais condições de manutenção no Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário.

§ 2º Os valores transferidos aos trabalhadores beneficiários do Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário não serão considerados como renda no âmbito do CadÚnico.

Seção VI **Das Hipóteses de Desligamento do Programa**

Art. 13. O beneficiário será desligado do Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário nas seguintes hipóteses:

I - admissão em emprego, na forma prevista no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

II - posse em cargo público;

III - frequência inferior à mínima estabelecida no ato a que se refere o inciso I do art. 5º desta Lei; ou

IV - aproveitamento insuficiente por ocasião da formação inicial e/ou continuada.

Parágrafo único. O edital de seleção pública simplificada de credenciamento ou o decreto regulamentador poderá prever outras hipóteses de desligamento do Programa Municipal de Prestação de Serviço Civil Voluntário.

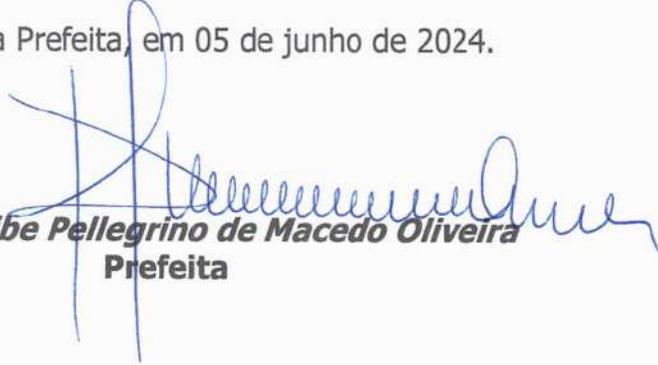
CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. É assegurado ao Agente Civil Voluntário receber, em razão do desempenho de horas excedentes prestadas exclusivamente a seu critério e mediante autorização da Administração, excepcionalmente e de forma específica, o valor do número de horas de atividade acessória prestada, limitado a 125 (cento e vinte e cinco) horas no mês, desde que a bolsa de natureza indenizatória não exceda a dois salários mínimos.

Art. 15. Compete ao Município coordenar, executar, monitorar, avaliar e editar normas complementares e regulamentares para a execução do disposto nesta Lei, com o auxílio técnico do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco – COMAGSUL ou de entidade do Terceiro Setor.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, convalidados todos os atos de voluntariado praticados pelo Município até a presente data.

Gabinete da Prefeita, em 05 de junho de 2024.


Ridete Cellibe Pellegrino de Macedo Oliveira
Prefeita